

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Novo corte no Orçamento será de no mínimo R\$ 5 bi.....	2
Título: Sob impacto das sanções dos EUA, produção petroleira continua caindo	3
Título: Eletrobras retoma venda de parques eólicos em junho	4
Título: Vale vai aumentar em 70% produção no sul de Carajás	6
Título: Mineração pode transcender China, diz chefe da Glencore	8
Título: Sete Brasil vai pedir mais tempo para venda de sondas	9
Título: Desinvestimento da Liquigás tem regras mais rígidas	11
Título: Cosan vai olhar ativos da Petrobras, mas não há decisão.....	12
Título: Destaques	13
Título: Arábia Saudita diz que drones atacaram instalações de petróleo.....	14
Título: Com a venda de participações, BNDES lucra R\$ 11,1 bi no 1º tri	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	18
Título: Venda direta de etanol pode ser liberada	18
Título: Para associação, medida ameaça o RenovaBio	20
Título: Petrobrás veta funcionário que não aderir a PDV em plano futuro	21
Título: Crédito a caminhoneiros sai na semana que vem	22
Título: Incoerência	23
Título: ÓLEO E GÁS	24
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	24
Título: Bolsonaro terá agenda esvaziada no Texas	24
Título: BNDES diz que empréstimo prometido pelo governo a caminhoneiros sai semana que vem.....	26
Título: Bolsonaro, o bom, e as forças ocultas	27

VEÍCULO: O Globo	29
Título: Crédito para caminhoneiro do BNDES pode chegar a R\$ 1 bi	29
Título: Multa à Petrobras pode ir para a Educação, diz Guedes.....	31
Título: Brasil à beira do abismo fiscal.....	32
Título: "Cartão-caminhoneiro"	33

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner | De Brasília

Título: Novo corte no Orçamento será de no mínimo R\$ 5 bi

O governo ainda trabalha na definição do novo corte orçamentário a ser anunciado na semana que vem, mas uma fonte informa que já se sabe que o piso do novo bloqueio é de R\$ 5 bilhões. Os esforços agora são para manter o número final mais perto desse piso, evitando que chegue em valores mais altos. A hipótese de R\$ 10 bilhões não pode ser descartada, mas é vista neste momento como "muita alta" por essa mesma fonte.

Na semana passada, o **Valor** informou que o governo revisaria para cerca de 1,5% a projeção de alta do crescimento econômico. Essa revisão (hoje a estimativa oficial é de 2,2%) naturalmente reduz a projeção de receitas administradas. O governo, contudo, revisa uma série de outros parâmetros e até mesmo a projeção de despesas obrigatórias, portanto a nova projeção de receitas totais depende de outros fatores.

Nesse sentido, a equipe econômica busca alternativas para obter mais receitas em suas projeções. Esse problema de contingenciamento de despesas, que no primeiro relatório chegou a R\$ 29,8 bilhões, poderia ser resolvido se o governo pudesse contar com a projeção de recursos decorrentes do leilão das áreas adjacentes da cessão onerosa, marcado para 28 de outubro deste ano.

Mas os trâmites burocráticos ainda estão em curso e o governo não tem elementos suficientes de garantia de que o bônus de assinatura, estimado em

R\$ 106,5 bilhões, entrará no caixa federal neste ano. Dessa forma, não pode incluir essa receita potencial na conta de arrecadação projetada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/05/2019

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata | De São Paulo

Título: Sob impacto das sanções dos EUA, produção petroleira continua caindo

A produção petroleira da Venezuela vem caindo de forma ininterrupta há pelo menos seis anos - de 2,80 milhões de barris/ diários em 2012 foi para 1,51 milhão de b/d no ano passado, segundo dados da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). As sanções americanas vêm acelerando esse processo, e a Venezuela pode encerrar 2019 produzindo menos de 500 mil b/d.

Esse cenário, estimam economistas, levaria a uma queda de entre 37% e 39% do PIB venezuelano em 2019. No ano passado, a economia venezuelana encolheu 18%.

De acordo com relatório da Opep, que também usa fontes independentes, de janeiro a março, a produção da Venezuela caiu 37%, de 1,02 milhão de b/d para 732 mil b/d. Já os números fornecidos pelo governo da Venezuela ao cartel apontam uma queda de 1,43 milhão de b/d para 960 mil b/d no período.

Estima-se que ao menos 200 mil b/d tenham deixado de ser produzidos como consequência das sanções dos EUA, afirma Henkel García, diretor da consultoria Econométrica, em Caracas.

Hoje a produção da Venezuela está no patamar mais baixo desde janeiro de 2003, quando a greve petroleira (de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003) derrubou a produção para 620 mil b/d.

"Mas a diferença entre hoje e 2003 é que naquele momento tínhamos capacidade de recuperar a produção. Hoje não", afirma García. "Se formos comparar, em termos de produção anual e recuperação futura, estamos pior do que naquela época."

Não há perspectiva de recuperação da produção, depois de dois apagões terem afetado o bombeamento dos poços em março. Carlos de Sousa, da consultoria Oxford Economics, afirma que os problemas de geração e distribuição de energia elétrica não serão solucionados por completo, o que dificultará a recuperação da produção.

A Oxford Economics estima que a Venezuela terminará 2019 produzindo na faixa de 500 mil b/d e que o PIB do país caia 39%.

Já a consultoria Torino Capital prevê que o país encerre o ano produzindo não mais do que 400.000 b/d e que a economia venezuelana contraia-se 37%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Eletrobras retoma venda de parques eólicos em junho

Depois de reportar um lucro quase três vezes maior no primeiro trimestre de 2019 na comparação anual, devido aos efeitos da venda de distribuidoras deficitárias, a Eletrobras vai retomar em junho o processo de venda de participações minoritárias em sociedades de propósito específico (SPEs). O novo modelo será baseado no decreto 9.188/2017, sobre a governança na venda de ativos de estatais, o mesmo adotado pela Petrobras em seu programa. A capitalização da holding elétrica, por sua vez, ainda não está confirmada.

"Não desistimos de vender. Entendemos que temos ativos que podem ser bastante importantes para o posicionamento financeiro da Eletrobras. Essas 45 SPEs complementam as que foram vendidas no ano passado", afirmou ontem o presidente da elétrica, Wilson Ferreira Júnior, em teleconferência com analistas e investidores sobre o resultado do primeiro trimestre. Dessas 45 SPEs, 43 são relativas a parques de geração de energia eólica.

Segundo Ferreira, o processo de venda deve ser aprovado pelo conselho de administração no fim deste mês para ser lançado em junho. A expectativa é que as vendas ocorram no segundo semestre.

Ferreira explicou que a Eletrobras vai realizar o processo de venda baseado no decreto 9.188, de novembro de 2017, adotado pela Petrobras em seus processos de desinvestimento. O decreto estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais. Na teleconferência, porém, não ficou claro se o processo de venda das SPEs da elétrica será feito em etapas, igual ao da Petrobras, ou por meio de um leilão, como foi realizado pela Eletrobras no ano passado.

Participando de Nova York, onde cumpre agenda de reuniões com investidores, Ferreira não fez menção ao plano de capitalização da Eletrobras, cuja nova versão está em estudo pelo governo. O assunto também não foi questionando pelos analistas.

No fim da reunião, o executivo disse apenas que a empresa continuará com o desafio de aumentar a produtividade e concluir empreendimentos. Segundo ele, essas são condições básicas para retomar a capacidade de investimentos e uma "eventual capitalização".

A empresa fechou o primeiro trimestre deste ano com lucro líquido consolidado de R\$ 1,347 bilhão, com alta de 178% em relação a igual período do ano passado. Na mesma comparação, o lucro líquido atribuído a sócios da empresa controladora mais que triplicou (alta de 205%), para R\$ 1,4 bilhão.

O crescimento foi fortemente motivado pela venda das distribuidoras. Não que tenha entrado recursos significativos no caixa da companhia, já que cada distribuidora foi vendida pelo preço simbólico de R\$ 50. Mas a Eletrobras deixou de ter perdas com elas.

De acordo com a companhia, as operações descontinuadas da empresa haviam registrado prejuízo de R\$ 1,91 bilhão no primeiro trimestre de 2018, montante que diminuiu para um prejuízo de R\$ 223 milhões nos primeiros três meses deste ano.

Concluída em março, a venda da Ceal, distribuidora do Alagoas adquirida pela Equatorial, gerou um ganho de R\$ 859 milhões para a Eletrobras pela reversão do patrimônio líquido negativo da distribuidora.

A companhia também estima que a conclusão da venda da Amazonas Distribuidora de Energia, a mais problemática das distribuidoras, no mês passado, vai gerar ganhos de R\$ 5,3 bilhões neste segundo trimestre.

Ontem, Ferreira também afirmou que a Eletrobras vai recuperar o volume de investimentos ao longo do ano, após ter realizado um baixo valor de desembolsos no primeiro trimestre. "Vamos recuperar investimentos", disse.

De janeiro a março, a companhia investiu apenas R\$ 501 milhões, 43% a menos que o aplicado em igual período do ano passado, de R\$ 875 milhões. O investimento nos primeiros três meses de 2019 representam apenas 8% do orçamento da empresa para este ano, de R\$ 5,7 bilhões.

Segundo Ferreira, o valor menor de aportes no primeiro trimestre foi provocado principalmente pela não realização de um investimento de R\$ 70 milhões em um complexo eólico, além de uma economia de R\$ 88 milhões no "overhaul" (revisão) do complexo termelétrico de Candiota, além de menos R\$ 155 milhões em investimentos previstos em transmissão da Chesf.

Sobre o projeto da usina nuclear de Angra 3, o executivo contou que a empresa terá R\$ 500 milhões em debêntures de infraestrutura para o empreendimento. Os recursos fazem parte da emissão de R\$ 5 bilhões em debêntures anunciada em abril.

A expectativa do executivo é aprovar o modelo de parceria e lançar a concorrência internacional para a definição do sócio estrangeiro para retomar as obras da usina até o fim deste ano. A previsão é que Angra 3 inicie a operação em janeiro de 2026.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Vale vai aumentar em 70% produção no sul de Carajás

O presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo, anunciou ontem, em encontro com investidores, em Barcelona, na Espanha, que a mineradora estuda aumentar a produção na Serra Sul de Carajás, no sudeste do Pará, para 150 milhões de toneladas de minério de ferro por ano depois de 2020. Isso representa alta de quase 70% sobre a produção hoje disponível no local, de 90 milhões de toneladas.

Dos 150 milhões de toneladas, 100 milhões serão asseguradas pelo S11D, que passará por expansão de 10 milhões de toneladas até 2022. Originalmente, o S11D foi desenhado para produzir 90 milhões de toneladas por ano. Hoje o S11D é a única produção da Vale na Serra Sul de Carajás. A expansão havia sido anunciada em dezembro. Na ocasião, a mineradora informou ainda que aumentaria a capacidade logística do Sistema Norte - que designa a produção total no Pará - para 240 milhões de toneladas de minério por ano a partir de 2022.

A Vale começou a produzir minério na Serra Sul, no município de Canaã dos Carajás (PA), no fim de 2016, mas já operava na região há mais de 30 anos. A produção na Serra Norte de Carajás, no município de Parauapebas (PA), começou em 1985.

A Vale informou que outras 50 milhões de toneladas serão desenvolvidas em outras áreas da Serra Sul de Carajás e vão servir para repor capacidade que ela perdeu em Minas Gerais após Brumadinho (MG). Esse volume adicional será importante também na oferta de "pellet feed", tipo de minério usado na produção de pelotas, inclusive para atender as siderúrgicas nacionais uma vez que depois de Brumadinho caiu a oferta desse insumo no mercado doméstico.

Apesar da perspectiva de aumento de volumes em Carajás, a produção da Vale deve permanecer na casa dos 400 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Esse era o volume de produção previsto para 2019 antes de Brumadinho. Agora deve ser atingido em prazo de três anos.

Mineradora estuda novos projetos para agregar mais 50 milhões de toneladas à produção da Serra Sul

Os estudos para ampliação da capacidade na Serra Sul ainda são preliminares. Tanto que na apresentação de ontem de Bartolomeo não há maiores detalhes sobre prazos para a entrada em operação desses novos volumes. Fala somente em 150 milhões "além de 2020".

A Serra Sul se tornou uma nova fronteira para a Vale dentro da Floresta Nacional de Carajás (Flona), um dos poucos remanescentes de floresta amazônica no sudeste do Pará. Na apresentação feita a investidores, em evento do Bank of America Merrill Lynch, Bartolomeo mostrou que o S11D produzirá 75 milhões de toneladas em 2019 e 90 milhões de toneladas em 2020.

Ao falar em 150 milhões de toneladas, a Vale considera, portanto, não só o S11D, mas a Serra Sul de Carajás de forma ampla. Significa que a empresa quer minerar outros blocos na Serra Sul. Segundo a Vale, o S11D é só um bloco do corpo mineral que foi dividido em quatro partes: A, B, C e D. O potencial mineral do corpo S11 é de 10 bilhões de toneladas de minério, sendo que os blocos C e D possuem reservas de 4,24 bilhões de toneladas. As primeiras sondagens na região datam dos anos de 1970.

Até conseguir a autorização para explorar o S11D a Vale enfrentou longa negociação com o Ibama e com o Instituto Chico Mendes (ICMBio), responsável pela administração da Flona. A questão é como conciliar as necessidades da empresa, em termos de exploração, com a preservação da Flona. Resta saber agora como vai evoluir a negociação para licenciar outros blocos na Serra Sul de Carajás.

Conta a favor da Vale o fato de que a empresa desenvolveu tecnologia para processamento a seco no S11D, o que irá replicar em novos projetos na região. Por outro lado, a mineração tem contribuído para preservar a Flona, pese a

forte pressão do desmatamento exercida por atividades no sudeste do Pará, entre as quais agropecuária.

Na apresentação aos investidores, Bartolomeo disse que entre os benefícios de aumentar a produção na Serra Sul estão a ampliação do processamento a seco e, portanto, a redução no uso de barragens; o aumento da flexibilidade operacional e logística dos produtos "premium", minérios mais ricos em teor de ferro, e a produção de "pellet feed" no Brasil para suprir pelotas para as siderúrgicas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume | Financial Times

Título: Mineração pode transcender China, diz chefe da Glencore

A indústria mineradora e metais pode "transcender" a China, seu maior cliente, sustentada pela maior demanda por matérias-primas decorrente das melhoras no padrão de vida mundial e do uso de energias mais limpas, segundo Ivan Glasenberg, o bilionário chefe da Glencore.

Por mais de dez anos, o setor de mineração direcionou suas atenções para a China, injetando bilhões de dólares em novos projetos e fusões e aquisições para atender a demanda aparentemente insaciável do país por commodities.

Os investidores, no entanto, começaram a ter dúvidas quanto às perspectivas de expansão do setor de mineração diante da mudança na forma de crescimento da China, que passou a depender mais do consumo.

Falando durante uma conferência para investidores em Barcelona, Glasenberg disse que a urbanização na África e em partes da Ásia, somada à transição energética, prenuncia um futuro brilhante para o setor.

"Nossa indústria pode transcender a jornada da China rumo a uma economia guiada pelo consumo", disse. "As necessidades futuras pelas commodities que produzimos provavelmente vão ser similares às do passado. Tudo se resume à demografia."

Para que o padrão de vida mundial se equipare ao dos países desenvolvidos até 2050, vão ser necessárias 428 milhões de toneladas adicionais de cobre até esse ano, segundo executivo. É cerca de 2,5 vezes o atual estoque mundial.

A transição para um transporte movido a eletricidade também vai impulsionar a demanda por cobre em 3 milhões de toneladas adicionais por ano até 2030.

Para o níquel e o cobalto, as projeções são de 2,3 milhões de toneladas e de 263 mil toneladas adicionais por ano.

"Em 2030 [...] a demanda dos veículos elétricos [vai ser] equivalente a quase o dobro da nova oferta total de todos os prováveis projetos [de produção cobre]", disse.

Glaserberg ressaltou que aumentar a produção das minas vai ser difícil porque os recursos de alta qualidade e fácil desenvolvimento estão se esgotando.

"Os recursos remanescentes são cada vez mais difíceis de minerar e [sua exploração é] frequentemente dificultada por locais problemáticos, pior qualidade, mineralogia mais complexa, infraestrutura deficiente e dimensões sem escala comercial."

A Glencore é uma das maiores produtoras mundiais de cobre, níquel e cobalto. Também é uma grande fornecedora de carvão térmico, um combustível fóssil que é queimado em usinas termelétricas para gerar eletricidade.

As ações da mineradora tiveram problemas para se valorizar neste ano, afetadas por receios quanto à desaceleração do crescimento mundial, à revisão das projeções de desempenho de suas operações de cobre e níquel e às notícias de uma investigação das autoridades americanas de supervisão do mercado de commodities sobre possíveis práticas corruptas.

"A companhia já alertou para prováveis novas reduções na previsão de produção anual de cobre", escreveu o analista Sam Catalano, do Credit Suisse, em informe.

"Além disso, depois do primeiro trimestre relativamente fraco, prevemos que a produção vai ficar pesadamente mais desequilibrada para o segundo semestre na maioria das divisões e alertamos para o risco de mais cortes abrangentes nas previsões anuais [da empresa]", escreveu Catalano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/05/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Sete Brasil vai pedir mais tempo para venda de sondas

Os credores da Sete Brasil se reunirão no próximo dia 28 para deliberar sobre mudanças no plano de recuperação judicial da empresa de sondas. Segundo uma fonte, a proposta formal é prorrogar por mais 180 dias o prazo para

conclusão da venda das quatro sondas previstas no plano, como forma de levantar recursos para abater parte da dívida de R\$ 18 bilhões.

A Sete abriu negociação com a Magni Partners para tentar melhorar as condições da oferta pelas sondas Urca, Frade, Arpoador e Guarapari. As embarcações estão em construção nos estaleiros Brasfels, em Angra dos Reis (RJ), e Jurong, em Aracruz (ES). A proposta foi de US\$ 250 milhões, menos da metade do que os US\$ 554 milhões estipulados no edital.

Segundo a fonte, a expectativa é que essa renegociação possa ser concluída até setembro, o que exigiria uma extensão nos prazos formais da implementação do plano de recuperação judicial. O prazo original para conclusão da venda das sondas vence no fim deste mês. A assembleia geral para deliberar sobre a extensão dos prazos foi convocada pelo juiz Luiz Carvalho, da 3ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ).

A Sete também recebeu uma proposta, de menor valor, do estaleiro Keppel Fels por apenas duas das quatro sondas à venda. O **Valor** apurou que a Sete e a consultoria Alvarez & Marsal (que assessora a empresa e sondas) são favoráveis ao fechamento do contrato com a Magni.

Considerando os valores apresentados, tanto pela Magni quanto pela Keppel, a expectativa é que, mesmo numa eventual renegociação das cifras, a Sete não consiga quitar nem 10% da dívida total, conforme previsto originalmente no plano de recuperação, aprovado em novembro do ano passado.

Com a proposta da Magni em mãos, os credores poderão aprovar ou reprovar a oferta. Se a opção for o veto ao negócio, os credores podem pedir a abertura de um novo leilão ou, no cenário mais extremo, solicitar a liquidação da Sete. Mesmo que a Sete consiga sacramentar a venda das sondas, o negócio dependerá ainda da Petrobras, que terá de aprovar a Etesco como operadora das unidades.

A Petrobras é a única cliente e também sócia da Sete. Depois de um longo processo de negociação, as duas partes fecharam, em março de 2018, um acordo para que a petroleira contratasse apenas quatro das 28 sondas que seriam originalmente afretadas. Pelo acordo, a Petrobras contratará as unidades pelo prazo de dez anos, a uma taxa de US\$ 299 mil por dia.

A Sete Brasil entrou em recuperação judicial em abril de 2016 reconhecendo dívidas de R\$ 18 bilhões. Entre os principais credores da companhia estão o

Fundo Garantidor da Construção Naval (FGCN), administrado pela Caixa, Banco do Brasil, FI-FGTS, fundo Canvas, Santander e Bradesco.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/05/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Desinvestimento da Liquigás tem regras mais rígidas

A Petrobras ajustou as regras do processo de desinvestimento da Liquigás e aumentou as restrições à venda da distribuidora de gás liquefeito de petróleo (GLP) para as concorrentes e líderes do mercado Ultragaz, SHV e Nacional Gás.

Um ano após o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) vetar a venda da Liquigás para o grupo Ultra, por R\$ 2,8 bilhões, a Petrobras retomou o processo de desinvestimento em março. A estatal não vetou a participação das líderes de mercado, mas, para evitar novos questionamentos, decidiu que Ultragaz, SHV e Nacional Gás não poderão fazer ofertas sozinhas pelo ativo.

O trio poderá comprar a Liquigás em sociedades. E, mesmo assim, com participação limitada. Originalmente, a Petrobras permitiu que empresas com fatia de mais de 10% do mercado podiam entrar como parte de oferta conjunta, desde que não comprassem, individualmente, parcela correspondente a mais de 40% do volume de vendas da Liquigás. A estatal, contudo, fez ajuste nas regras e reduziu o percentual para 30%. A diferença equivale a 2,2 pontos percentuais de participação de mercado.

De acordo com os dados contidos no "teaser" (etapa de divulgação de oportunidade) da Liquigás, a Ultragaz é líder de mercado com 24% de participação, seguida da própria Liquigás (22%), SHV (20%) e Nacional Gás (19%). A Copagaz possui 8%, a Consigás 3% e a Fogás 2%. Outros agentes dividem 2%.

Embora não descarte a venda da Liquigás para os principais agentes do setor, a Petrobras abriu o leque de potenciais interessados para companhias de outros ramos, além de investidores financeiros. Dentro das regras definidas pela estatal, para venda do ativo, a petroleira permitirá a qualificação de companhias que atuem não só na distribuição de GLP, mas também na de gás natural ou combustíveis e na comercialização global de commodities de terceiros (tradings). As empresas interessadas, contudo, terão que ter uma receita bruta superior a US\$ 100 milhões.

A estatal permitirá a participação de investidores financeiros, desde que eles tenham ativos sob sua administração ou gestão de pelo menos US\$ 1 bilhão.

Originalmente, a empresa exigia que o investidor tivesse feito ao menos um investimento em óleo e gás, infraestrutura ou logística nos últimos dez anos. As exigências, contudo, foram retiradas do "teaser".

No início do processo de desinvestimento, em 2016, a distribuidora despertou tanto o interesse de empresas do segmento de GLP, interessadas em entrar no Brasil, como a turca Aygaz, quanto de fundos de investimentos, como o Gávea Investimentos.

Depois do veto do Cade, em fevereiro de 2018, a estatal chegou a avaliar a possibilidade de oferta inicial de ações na bolsa, mas optou, ainda na gestão Pedro Parente, por um novo processo de venda de 100% da Liquigás.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Cosan vai olhar ativos da Petrobras, mas não há decisão

A Cosan, que reúne negócios em distribuição de combustíveis, lubrificantes, energia e infraestrutura, vai avaliar os ativos inseridos no programa de desinvestimentos da Petrobras, incluindo refinarias, mas ainda não há decisão tomada sobre sua participação no processo. "Como parte importante dessa cadeia de valor, temos a obrigação e o dever de ofício de olhar todas as oportunidades", afirmou o gerente-executivo de Relações com Investidores da companhia, Phillipe Casale, em teleconferência com analistas. "Mas não existe nada concreto neste momento, está tudo em andamento", acrescentou.

No ano passado, a Raízen, joint venture entre Shell e Cosan, acertou comprou uma refinaria e a rede de distribuição de combustíveis da Shell na Argentina, marcando sua entrada no refino. A melhora de desempenho da Cosan no primeiro trimestre reflete justamente, entre outras contribuições, a incorporação dos resultados da operação argentina. Em linhas gerais, o negócio de distribuição de combustíveis, a Moove (de lubrificantes) e a Comgás sustentaram o avanço dos números trimestrais da Cosan, enquanto o negócio de açúcar e etanol foi o destaque negativo.

"Olhando para a frente, acreditamos que a distribuição de combustíveis, a Comgás e a Moove continuarão contribuindo positivamente para os resultados consolidados da Cosan, ao mesmo tempo em que é preciso monitorar a evolução dos preços do açúcar na Raízen Energia ", escreveram os analistas Christian Audi, Gustavo Allevato e Rodrigo Almeida, do Santander.

De janeiro a março, a Cosan teve receita líquida de R\$ 17,06 bilhões, com alta de 25,6% na comparação anual, e resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de R\$ 1,46 bilhão, 11,2% acima do registrado um ano antes. O lucro ficou em R\$ 395,7 milhões, frente a R\$ 345,7 milhões um ano antes. Nos diferentes negócios, disse Casale, o desempenho está em linha com as projeções fornecidas para 2019.

Na Raízen Combustíveis, o trimestre foi marcado pela recuperação mais lenta da economia doméstica, que afetou a demanda particularmente no ciclo Otto - houve retração nas vendas de gasolina, mas os volumes de etanol saltaram 30% na comparação anual. Diesel e querosene de aviação também mostraram bom desempenho. "Com o fim do programa de subsídio ao diesel, voltamos a ver volatilidade, o que trouxe desafios e oportunidades", comentou o executivo.

De janeiro a março, o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado da Raízen Combustíveis totalizou R\$ 714 milhões, com queda de 2,5% na comparação anual, refletindo o aumento de 3% nos volumes vendidos que foi "compensado pelo menor ganho com a estratégia de suprimento e comercialização". Na Argentina, o Ebitda de US\$ 61 milhões se compara a US\$ 22 milhões no quarto trimestre, e veio 15% acima do projetado pelo BTG Pactual.

Questionado sobre a variação no número de postos da Raízen no trimestre, o executivo explicou que houve um ajuste na base de dezembro, a fim de alinhar as informações da companhia às da Plural. Com esse ajuste, houve adição líquida de 144 postos nos últimos 12 meses. Para 2019, a previsão é adicionar entre 200 e 250 postos à rede, acrescentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/05/2019

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Light sonda bancos

A Light voltou a conversar com bancos de investimentos sobre uma possível oferta subsequente de ações, apurou o **Valor**. Não há nada formal, neste momento, segundo duas fontes, e nem decisão tomada. Desde que a empresa cancelou o processo de follow-on em novembro do ano passado, suas ações valorizaram 39,8%. A Cemig, maior acionista, deve vender parte das ações. A princípio, a companhia tem falado com o mesmo sindicato de bancos

contratado para uma oferta no ano passado - que acabou não se concretizando. Esses bancos são Itaú BBA, Santander, Banco do Brasil, Bradesco BBI, Citi e XP Investimentos. **(Maria Luíza Filgueiras)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/05/2019

Seção: Internacional

Autor: Ahmed Al Omran, Anjli Raval, Andrew England e Simeon Kerr | Financial Times, de Hofuf, Londres e Dubai

Título: Arábia Saudita diz que drones atacaram instalações de petróleo

A Arábia Saudita disse que duas de suas estações de bombeamento de petróleo foram alvos de ataques de drones ontem. A informação elevou os temores sobre a segurança da infraestrutura do país, 48 horas após dois de seus petroleiros terem sido alvos de ataque.

Rebeldes houthis do Iêmen, alinhados ao Irã, reivindicaram responsabilidade pelo ataque às estações, que ocorreram em meio à escalada da tensão entre os Estados Unidos, seus aliados árabes e o Irã.

Autoridades sauditas disseram que os atentados de ontem causaram poucos danos. Mas um porta-voz dos militantes houthis disse que o grupo "conseguiu realizar operações de qualidade, em escala maior, no interior profundo dos países agressores".

Khalid al-Falih, o ministro de Energia saudita, disse que os ataques às estações de bombeamento "provam, mais uma vez, que é importante para nós enfrentar as organizações terroristas, inclusive as milícias houthis no Iêmen, que são apoiadas pelo Irã".

Os houthis, que combatem uma coalizão encabeçada pelos sauditas na guerra do Iêmen, que já dura quatro anos, já usaram drones e mísseis para atacar alvos na Arábia Saudita e no mar Vermelho.

Washington e Riad acusam Teerã de contrabandear armas para os houthis, inclusive mísseis e drones. O Irã nega as acusações.

Diplomatas europeus advertiram os EUA e o Irã nesta semana da possibilidade de provocarem um conflito "por acidente".

A Arábia Saudita disse na segunda-feira que dois de seus petroleiros foram atingidos num atentado a quatro embarcações ao largo da costa dos Emirados Árabes Unidos (EAU) no domingo. Riad e Abu Dhabi, capital dos EAU, forneceram poucos detalhes sobre a natureza dos atentados, e também não

atribuíram responsabilidades. Eles ocorreram perto do Estreito de Ormuz, uma via navegável essencial por meio da qual passa quase um terço do petróleo mundial transportado por mar.

Depois dos ataques de ontem, Riad disse que a produção e as exportações de petróleo do país estão sendo mantidas sem interrupções. O petróleo tipo Brent, a referência internacional do produto, subiu 1,4%, para US\$ 71,24 o barril.

Os EUA disseram na semana passada que estão deslocando um grupo de ataque de porta-aviões e outros ativos militares para a região, atribuindo a medida à "escalada" das ações de Teerã. Autoridades americanas não forneceram detalhes. O Irã negou qualquer envolvimento nos atentados.

John Abizaid, o embaixador dos EUA em Riad, disse que é necessário fazer "uma investigação exaustiva para entender o que aconteceu" com os petroleiros, "para depois conceber reações razoáveis que excluam a guerra".

"Não é do interesse deles, não é do nosso interesse, não é do interesse da Arábia Saudita ter um conflito", disse ele ao jornal "Arab News". "Certamente sabemos que os navios foram danificados. Foram danificados por meio de algum tipo de ação externa."

Hamid Baeidinejad, embaixador do Irã no Reino Unido, disse que o Irã não está apoiando "qualquer medida voltada para desestabilizar a região". Acrescentou que as circunstâncias dos atentados a embarcações do domingo são "muito suspeitas" e advertiu que um reforço das forças militares americanas na região poderia levar a um "erro de julgamento".

"Infelizmente... qualquer coisa que acontece na região, mesmo que não tenha relevância ao Irã, é atribuído ao Irã ou aos seus assim chamados títeres", disse Baeidinejad. "Se há pessoas na Casa Branca ou na região que queiram empurrar os EUA para um confronto militar com o Irã, elas deveriam entender que isso não será apenas devastador para os EUA; será devastador para a região."

Autoridades iranianas dizem que uma tentativa de direcionar os EUA a entrar num conflito com o Irã está sendo liderada pelo que descrevem como "o Time B" - que inclui John Bolton, o assessor de segurança nacional dos EUA, Benjamin Netanyahu, o premiê de Israel, Mohammed bin Salman, o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, e Mohammed bin Zayed, o príncipe herdeiro dos EAU.

As estações atingidas ontem são usadas para bombear petróleo através de um oleoduto de 1.200 km de comprimento, que transfere o petróleo bruto da província Oriental para o porto de Yanbu, no litoral do mar Vermelho. A petrolífera estatal Saudi Aramco disse ter suspenso as operações com o oleoduto para avaliar os danos.

Charles Hollis, diretor-executivo da consultoria de risco Falanx Assynt, disse que o atentado às estações pode estar ligado ao ataque de domingo aos petroleiros perto do Estreito de Ormuz.

"O lugar escolhido não é coincidência; chama a atenção para o fato de que o Estreito de Ormuz não é a única rota de exportação vulnerável do petróleo saudita", acrescentou. "Mas o potencial dos houthis continua incipiente e é pouco provável que consigam desestabilizar de forma significativa o potencial de exportação saudita."

As estações de bombeamento atacadas são algumas das rotas usadas pela Arábia Saudita para exportar petróleo sem usar o Estreito de Ormuz. De acordo com a empresa de monitoramento de petroleiros Kpler, o porto de Yanbu, onde termina o oleoduto - exportou mais que 100.000 barris/dia de petróleo em 2019, com mais 500.000 de b/d através do vizinho porto vizinho de Muajjiz.

Amy Myers Jaffe, diretora do programa de segurança energética e mudança climática da entidade independente americana Council on Foreign Relations, disse que os atentados na Arábia Saudita são o risco mais recente aos preços do petróleo, num momento de tensão no mercado, com a oferta do Irã e da Venezuela já perdida devido às sanções dos EUA.

"A história mostrou que, quando os operadores de petróleo desprezam tantos riscos geopolíticos de uma só vez, isso pode anunciar uma grande volatilidade nos preços mais adiante", disse Jaffe.

Também ontem, a Espanha cancelou temporariamente a participação de sua fragata Méndez Nuñez em uma frota capitaneada pelos EUA. A ministra da Defesa, Margarita Robles, disse que a Espanha não quer que a embarcação participe dos esforços dos EUA para deter a suposta agressão iraniana na região. Mas ela desmentiu notícias de que a Espanha estaria deixando a frota devido a preocupações de que o país possa ser levado a participar de um conflito entre EUA e Irã.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/05/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol e Gabriel Vasconcelos | Do Rio

Título: Com a venda de participações, BNDES lucra R\$ 11,1 bi no 1º tri

A venda de participações em empresas no primeiro trimestre de 2019, em especial Fibria e Petrobras, garantiu ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um lucro líquido de R\$ 11,1 bilhões no período, valor 436,7% maior na comparação com janeiro a março de 2018. Segundo o

presidente da instituição, Joaquim Levy, o resultado mostra que o BNDES "continua muito vigoroso".

"A operação da Fibria exemplifica muito bem o trabalho do BNDES, que foi chamado quando a empresa passava por dificuldades em 2008", disse Levy. No ano passado, a Votorantim acertou a venda de sua fatia controladora na Fibria para a Suzano e com essa alienação, o banco - que também tinha participação acionária na produtora de celulose - recebeu R\$ 6,8 bilhões, que foram contabilizados no balanço de março. "Também tivemos lucro com a venda de [ações de] Petrobras, Vale e Rede ", afirmou Levy. A alienação da fatia da estatal do petróleo rendeu ao BNDES R\$ 2,049 bilhões. No total, o resultado com alienações foi de R\$ 10,157 bilhões, 1.081% maior do que os R\$ 860 milhões obtidos no primeiro trimestre de 2018.

Já a dívida do BNDES com o Tesouro Nacional foi reduzida em R\$ 2,9 bilhões no trimestre até março, 0,4% menor do que um ano antes. Até o final de maio serão devolvidos R\$ 30 bilhões e outros R\$ 18 bilhões também foram negociados. "Mandamos R\$ 48 bilhões para Brasília, para ajudar a economia brasileira", afirmou o presidente do banco.

Levy negou a existência de queixas do Ministério da Economia sobre a atuação do banco e disse que a relação entre eles sempre foi harmoniosa. "Estamos reformulando a carteira da BNDESPar [unidade de participações do banco de fomento], inclusive dando uma arrumação interna para fazer isso com segurança, com todos os processos que têm de ser feito", afirmou. O economista também disse conhecer o ministro Paulo Guedes há muito tempo e que ele tem uma "visão lúcida das coisas".

A devolução de recursos ao Tesouro no ano passado também foi feita em parcelas, lembrou. "O valor que vamos devolver ao Tesouro tem que fazer sentido dentro do nosso negócio, das nossas expectativas. Não é uma coisa que o Tesouro está pedindo".

Segundo Levy, a instituição está mudando o cenário de crédito no Brasil. Ao divulgar os resultados trimestrais, ontem, na sede do BNDES, o executivo afirmou a jornalistas que a proporção da instituição no mercado de crédito hoje é igual ao início da crise financeira, correspondente a uma faixa entre 6,5% e 7% do Produto Interno Bruto (PIB).

"Esse trabalho de abrir o mercado de crédito está sendo basicamente pela ação do BNDES. Acredito que os outros bancos [públicos] também vão começar a diminuir, mas até agora foi o BNDES. Não é só uma retórica, estamos fazendo. Começou em 2015 e vai continuar. E é o que permite a gente devolver dinheiro para o Tesouro", disse Levy.

O banco informou que houve uma reversão de R\$ 1,1 bilhão de despesa com provisão de risco para crédito no primeiro trimestre de 2019, ante uma reversão de despesa com provisão de R\$ 361 milhões um ano antes. Já a carteira de crédito da instituição somou R\$ 489,7 bilhões ao final do primeiro trimestre, queda de 1,45% sobre dezembro de 2018, quando foi de R\$ 497 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/05/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth Gustavo Porto / BRASÍLIA

Título: Venda direta de etanol pode ser liberada

Governo estuda alteração tributária para concentrar nas usinas o recolhimento de impostos; mudança teria de ser feita por edição de MP

O governo estuda uma mudança tributária capaz de abrir caminho para a venda de etanol hidratado das usinas diretamente para postos de combustíveis. Com o aval do presidente Jair Bolsonaro, o Ministério da Economia avalia concentrar apenas nos produtores o recolhimento do PIS/Cofins. Hoje, essa cobrança é dividida entre usinas e distribuidoras.

As usinas recolhem R\$ 0,1309 por litro de PIS/Cofins e são obrigadas a vender o etanol às distribuidoras, que pagam outros R\$ 0,1109 em tributos federais antes de entregar o produto aos postos. Assim, se o governo permitisse a venda direta sem fazer o ajuste tributário, poderia perder até R\$ 2 bilhões por ano, uma vez que as distribuidoras não recolheriam mais o imposto.

Uma saída para evitar esse rombo seria justamente aumentar o imposto nas usinas, de forma a compensar a perda, e concentrá-lo no elo produtivo da cadeia do combustível. O mais provável é que isso teria de ser feito por medida provisória, segundo uma fonte.

O Estadão/Broadcast apurou que técnicos envolvidos nas discussões consideram interessante, do ponto de vista da competição, liberar a venda direta. Ela, no entanto, precisa ser autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O órgão regulador ainda não tem uma posição consolidada sobre a proposta e sofre pressão de distribuidoras e usineiros do centro-sul do Brasil, contrários à medida.

O caminho em análise pelo governo é pedir à ANP que conclua a chamada pública sobre a venda direta de etanol em até 120 dias. Finalizado o processo, o Conselho

Nacional de Política Energética (CNPE) poderia dar aval à venda direta, considerando os aspectos concorrenciais da medida.

Nordeste. A venda direta de etanol pelas usinas ganhou força no Nordeste no ano passado e dividiu o setor produtivo. Associações setoriais de produtores da região conseguiram decisões liminares favoráveis na Justiça, mas não estão vendendo porque o mérito dos processos não foi julgado. "Somos conservadores e temos cautela. Queremos um modelo que tenha a legitimidade de mérito", disse Renato Cunha, presidente da Associação de Produtores de Açúcar e Bioenergia, entidade setorial da região.

Apesar da defesa pela venda direta do etanol, Cunha é contrário à alternativa tributária avaliada pelo governo, de cobrança do PIS/Cofins em uma só fase, ou seja, nas usinas. Ele defende que usinas paguem o tributo delas próprias e das distribuidoras, caso haja a venda sem intermediários, e que o atual modelo permaneça caso o negócio seja feito por meio de distribuidoras. "A única mudança que queremos é recolher PIS/Cofins da distribuidora se a venda for direta", explicou.

Já a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) informou, em nota, que qualquer alteração nas regras "deve ser precedida de uma ampla e completa análise sobre os desdobramentos regulatórios e, especialmente, tributários". Para a Unica, entidade que representa usineiros do centro-sul do País, em sua maioria, a saída de distribuidoras e a concentração dos tributos na produção teriam de ser feitas por "medida provisória, com alterações na legislação que estabelece a cobrança" do PIS/Cofins.

Carga tributária. Segundo a Unica, a manutenção de um só regime para todo o etanol comercializado no País "elevaria a carga tributária sobre o produto direcionado à indústria química, além de encarecer o valor do etanol anidro combustível vendido pelos produtores, com impacto no preço de bomba da gasolina". A venda direta demandaria também ajustes diferenciados no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em cada Estado e do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para disciplinar operações interestaduais.

A Unica cita que o sistema tributário atual "foi gradativamente ajustado desde a liberação dos preços dos combustíveis no fim da década de 1990, de forma a reduzir a possibilidade de operações fraudulentas". "Não é apenas equacionando a transferência do imposto para o produtor que o problema estará solucionado. Uma mudança dessa magnitude sem uma análise completa do tema poderá ter consequências desastrosas para o funcionamento do mercado de etanol hidratado", afirma a nota.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 15/05/2019****Seção: Economia****Autor: A.W. e G.P. BRASÍLIA****Título: Para associação, medida ameaça o RenovaBio**

A venda direta de etanol para postos enfrenta resistência das distribuidoras. O presidente executivo da Plural, associação que representa o setor, Leonardo Gadotti, avalia que o destino da cobrança do PIS/Cofins não é o único entrave para a venda direta do combustível. O problema, diz ele, passa pela incidência de outros tributos, pela logística de distribuição, pela garantia de abastecimento durante o ano todo e pela sobrevivência do RenovaBio, a política nacional de biocombustíveis.

"O interesse de quem defende a venda direta é entregar a postos mais próximos às usinas. Distribuidoras existem para garantir suprimento ao longo dos 365 dias do ano, mantêm estoques reguladores e realizam movimentos entre Centro-Sul e Nordeste durante as entressafras", explica o executivo. Destaca ainda a necessidade de resolver questões relativas ao ICMS de cada Estado e a busca de acordo entre os 27 Estados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

No caso do RenovaBio, Gadotti lembra que companhias do setor bancarão o programa por meio dos Créditos de Descarbonização (CBIOS). As distribuidoras terão de comprar esses títulos emitidos por produtores de biocombustíveis para mitigar a comercialização de combustíveis fósseis. "As distribuidoras que farão o balanço entre o fóssil e o renovável deixarão de fazer porque não terão mais o controle do renovável. A venda direta detona o RenovaBio."

Ele refuta a tese de que a venda direta do etanol reduzirá o preço ao consumidor e defende maior fiscalização para reduzir a sonegação no comércio de combustíveis no País, que traz prejuízos estimados em quase R\$ 5 bilhões ao ano, 80% desse valor com etanol hidratado.

"Queremos aumentar isso, ou simplesmente fazer puxadinho sem atentar às questões tributárias?" questiona o executivo, que se nega a comentar a posição de Jair Bolsonaro favorável à venda direta. "Não cabe a nós fazer essa crítica. Esse assunto não foi passado pelo presidente, é antigo e tem de ser resolvido e esclarecido com dados técnicos."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 15/05/2019****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes / RIO****Título: Petrobrás veta funcionário que não aderir a PDV em plano futuro**

Segundo federação dos petroleiros, estratégia da empresa é forçar a saída dos empregados que já podem se aposentar

A Petrobrás inseriu uma cláusula, em seu programa de demissão voluntária (PDV), determinando que os funcionários da controladora com idade de aposentadoria – cerca de 10% do total – que optarem por continuar na estatal serão excluídos até 2024 de novos programas que venham a ser lançados. Ao todo, 4,3 mil empregados estão sendo afetados.

O prazo de exclusão dos PDVs é de cinco anos, contados desde dia 5, quando foram abertas as inscrições. A Petrobrás disse, por meio de sua assessoria, que o PDV "tem por objetivo promover a renovação nos quadros da companhia quando for identificada essa necessidade". A estatal não informou por que incluiu essa condição no novo PDV.

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) informou que essa cláusula foi apresentada pela empresa aos empregados na última sexta-feira.

Para Adaedson Costa, secretário- geral do sindicato, as condições do programa de demissão voluntária deste ano são compatíveis com a nova reforma trabalhista e piores que as dos últimos dois PDVs. A cláusula de exclusão, diz ele, tem o objetivo de "forçar os empregados habilitados a deixar a empresa (via aposentadoria)".

Mudanças. Segundo Costa, o primeiro programa do tipo lançado pela Petrobrás na última década, em 2014, tinha como foco os empregados em fase de aposentadoria. Após dois anos, em 2016, foi lançado novo programa, dessa vez voltado a todos os empregados. Em 2019, a empresa priorizou os funcionários da controladora que estiverem aposentados pelo INSS até o meio do ano que vem, quando se encerram as inscrições.

Neste PDV, como em 2016, não foi oferecido pagamento de multa de 40% sobre o FGTS. O argumento da Petrobrás é que o desligamento por essa via é considerado um pedido voluntário do empregado, o que não justificaria o pagamento de multa.

Sem bônus. "Nos termos da legislação, não cabe o pagamento de multa por parte da Petrobrás. O PDV também não se caracteriza como a figura de

demissão por acordo prevista no art. 484-A da CLT. Ou seja, não será pago qualquer valor percentual sobre FGTS", informa.

Costa reclama das condições da empresa e diz que o único posicionamento do sindicato tem sido esclarecer os petroleiros sobre os efeitos da reforma trabalhista na adesão ao PDV. "A partir de agora, a pessoa está dando uma quitação plena do seu contrato de trabalho", disse. "Depois que assinar, não poder

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/05/2019

Seção: Economia

Autor: Denise Luna / RIO

Título: Crédito a caminhoneiros sai na semana que vem

BNDES vai ofertar R\$ 30 mil para compra de pneus e manutenção dos veículos; serão oferecidos R\$ 500 milhões

A partir da semana que vem os caminhoneiros passarão a ter acesso à linha de financiamento de R\$ 500 milhões para compra de pneus e manutenção de veículos, conforme promessa feita pelo governo no mês passado para evitar uma nova greve da categoria. O limite do crédito individual será de R\$ 30 mil e poderá ser buscado nos bancos que fazem financiamento indireto para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável pela administração da linha.

"Já tivemos reuniões com os bancos esta semana para discutir a operacionalização para garantir o repasse", informou ontem o presidente do BNDES, Joaquim Levy, em coletiva para divulgar o lucro recorde de R\$ 11,1 bilhões no primeiro trimestre.

Levy afirmou que o Ministério da Economia já autorizou os empréstimos e que faltam apenas "pequenos ajustes" para colocar a linha em prática. "Ainda hoje recebi sinalização do Ministério da Economia, a gente está pronto para isso. A diretoria agora vai finalizar o modelo que já está pré-aprovado. Que liguem as máquinas!", brincou.

Em maio do ano passado, a parada de dez dias dos caminhoneiros por causa do aumento do diesel tirou 1,2 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB), o que poderia enfraquecer ainda mais a previsão do crescimento para este ano, já reduzido por 11 vezes pelo mercado financeiro no relatório Focus, publicado pelo Banco Central. Atualmente, a previsão dos economistas é de alta de 1,45%, ante a previsão do governo de crescimento em torno dos 2,0%.

O executivo explicou que para o BNDES a linha também é positiva, já que o banco é responsável pelo financiamento dos caminhões que serão preservados. "Quero que o ativo que eu emprestei tenha o máximo rendimento e mantenha seu valor por muitos anos. A ideia é dar condições para ter certeza que no momento de desafio do setor, o caminhoneiro vai poder preservar o capital dele", disse Levy. Para ele, a linha poderá chegar sem a menor dificuldade a R\$ 1 bilhão, "vai depender da demanda."

Resultado. O BNDES divulgou ontem um lucro trimestral recorde de R\$ 11,1 bilhões, ante R\$ 2 bilhões em igual período de 2018, puxado principalmente por venda de ações de empresas como **Petrobrás** e Fibria. O banco está reduzindo participações societárias que considera maduras, e com isso as operações de vendas de ações tem superado os ganhos com intermediações financeiras, cada vez mais baixas por queda de demanda.

No primeiro trimestre de 2019, a carteira de crédito líquida do BNDES caiu de R\$ 497 milhões para R\$ 489,7 milhões, refletindo a redução dos financiamentos.

Segundo Levy, o banco pretende reduzir cada vez mais sua participação nos créditos direcionados, ou seja, aqueles cujas taxas são determinadas pelo governo, para deixar mais espaço para os créditos livres, que não possuem essas amarras. Entre 2015 e 2019 o crédito do BNDES caiu de 11,3% para 7% do PIB, enquanto as demais instituições, como Caixa e Banco do Brasil, entre outras, registraram queda de 15,2% para 14,5% do PIB.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Incoerência

Direto da Fonte

Assessores do Planalto ficaram indignados ao saber que a **Petrobrás** vai gastar R\$ 35 milhões numa campanha na internet sobre a Jornada do Conhecimento - para estimular crianças a se tornarem cientistas.

Fazem uma comparação: a verba total para defender a reforma da Previdência não vai além de... R\$ 40 milhões - já incluídas todas as mídias, digitais e tradicionais. Entendem que o governo Bolsonaro precisa definir melhor as prioridades na mídia.

Incoerência 2

Segundo levantamento do próprio Planalto, os sindicatos vão gastar mais de R\$ 100 milhões em campanhas contra a Previdência.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Vera Magalhães

Título: ÓLEO E GÁS

Setor de energia vê embate entre ministérios por regulação

Está em curso nos bastidores da Esplanada dos Ministérios uma disputa entre as pastas da Economia e de **Minas e energia** pelo controle da agenda de energia no governo Bolsonaro. O ministro Bento Costa Lima (MME) enfrenta tentativas de interferência em sua pasta. Paulo Guedes encomendou ao professor Carlos Langoni um plano para o mercado de gás com o objetivo de reduzir o custo do insumo à metade. Sem dizer como conseguirá isso, o plano, segundo representantes do setor, deve desencadear uma chuva de ações judiciais, a exemplo do que ocorreu quando Dilma Rousseff decidiu intervir no setor elétrico. Nos combustíveis acontece coisa parecida. Depois que o MME lançou o programa Abastece Brasil para atrair mais investimentos às áreas de refino e logística, a direção-geral da ANP tem tentado aprovar no CNPE uma agenda que contraria o setor e tem potencial, de acordo com empresas, de criar instabilidade jurídica e afugentar investimentos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/05/2019

Seção: Mundo

Autor: Marina Dias

Título: Bolsonaro terá agenda esvaziada no Texas

Aliados e investidores se irritaram com a desorganização do governo após ida a Nova York ser trocada por Dallas

Nova York- Às 18h35 do dia 8 de maio, convidados do jantar de gala que homenagearia Jair Bolsonaro em Nova York receberam um email com o aviso de três cancelamentos.

Assinada pela Câmara de Comércio Brasil-EUA, a mensagem dizia que um café da manhã, um almoço e uma palestra no meio da tarde da segunda (13) não aconteceriam mais.

O motivo era simples: o presidente brasileiro e o ministro Paulo Guedes (Economia), protagonistas desses encontros, não estariam em Nova York.

Cinco dias antes, o Planalto havia anunciado que Bolsonaro desistira da viagem após pressão de ativistas e políticos nos EUA, inclusive o prefeito nova-iorquino, o democrata Bill de Blasio.

Menos de 24 horas depois do primeiro email, novo recado aos convidados. "Por favor, desconsiderem a mensagem anterior sobre o cancelamento do almoço promovido pelo Bank of Americano dia 13 de maio. Ele ainda está agendado para o meio-dia".

Outro lembrete: o jantar que celebraria o prêmio "Pessoa do Ano" também seguia marcado para esta terça (14) em Nova York, apesar de o homenageado estar articulando uma viagem apelo menos três horas de avião dali.

Desde a semana passada, o Itamaraty tenta fechar às pressas uma agenda no Texas, estado historicamente conservador, para que o presidente possa se encontrar com empresários e políticos livre de protestos — no entanto, grupos ligados às causas LGBT, mulheres e negros organizam manifestações contra ele em Dallas, seu novo destino.

Bolsonaro queria mostrar que tem respaldo nos EUA, mas a desorganização do governo e do evento — e a ausência do presidente e de seu superministro em Nova York — acabou irritando investidores e aliados americanos.

Eles haviam gastado entre US\$ 1.500 e US\$ 2.500 (cerca de R\$ 6.000 a R\$ 10 mil) nos ingressos para o jantar de gala e esperavam ouvir o discurso liberal de Guedes nos eventos que ocorrem durante a semana da premiação.

Agora, quem quisesse encontrá-los teria que ir a Dallas para um almoço promovido pelo World Affairs Councils, na quinta (16), único evento público confirmado oficialmente até as vésperas da chegada do presidente.

O Itamaraty também tentou que Bolsonaro se encontrasse com o senador republicano Ted Cruz e o ex-presidente George W. Bush, mas só a segunda reunião estava na agenda antes do embarque da comitiva.

Bush foi contemporâneo do ex-presidente Lula na Presidência e tinha boa relação com o petista. O ex-presidente dos EUA é hoje, no Partido Republicano, um dos nomes mais críticos ao presidente Donald Trump, com quem Bolsonaro quer manter um alinhamento automático em diversas áreas.

Enquanto não viam uma agenda concreta ser desenhada em Dallas, muitos empresários desistiram de ir ao jantar de gala em Nova York — e nem pensaram em viajar ao Texas.

Na cidade para palestras e encontros com investidores, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) recebeu de três empresários diferentes convite para jantar nesta terça.

Fizeram o deputado rever sua presença no jantar de gala. Dois dias antes, Maia cancelou sua participação.

Enquanto a presença da comitiva brasileira derretia, a embaixada do Brasil nos EUA agia para tentar levar nomes relevantes, pelo menos do lado americano, para Nova York.

O secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, que seria homenageado ao lado de Bolsonaro, era outra ausência garantida.

Os diplomatas tentaram que o ex-prefeito de Nova York Rudolph Giuliani fosse à festa. Ele alegou que estava em viagem e não conseguiria atender ao pedido de última hora.

Bolsonaro chega na quarta (15) a Dallas para uma agenda de um dia, acompanhado por Guedes, Ernesto Araújo (Itamaraty), **bento albuquerque (Minas e Energia)**, Santos Cruz (Secretaria de Governo) e Heleno Augusto (GSI).

O governador de São Paulo, João Doria, encontrará o presidente já no Texas. Com pretensões de disputar o Planalto em 2022, Doria tentou assumir o protagonismo nos eventos de Nova York.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/05/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: BNDES diz que empréstimo prometido pelo governo a caminhoneiros sai semana que vem

RIO DE JANEIRO - O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) prevê a abertura na próxima semana do programa de empréstimos a caminhoneiros prometido pelo governo Jair Bolsonaro há um mês.

O banco separou R\$ 500 milhões para o programa, mas o valor pode aumentar se houver demanda. "Pode chegar a R\$ 1 bilhão sem dificuldade", disse o presidente da instituição, Joaquim Levy.

O programa prevê empréstimos de R\$ 30 mil para manutenção de caminhões e foca cooperativas e motoristas autônomos que têm até dois veículos. Os empréstimos serão concedidos por bancos privados parceiros do BNDES.

Levy disse que já recebeu autorização do Ministério da Economia para iniciar o programa e se reunirá nesta semana com os parceiros para discutir detalhes da operação.

"A ideia é dar condições, em um momento de desafio, de que caminhoneiro tenha recurso para preservar o capital dele", afirmou.

A concessão de financiamentos para a compra de caminhões nos governos petistas é apontada como uma das causas da crise atual.

Levy disse que bancos parceiros do BNDES já concederam R\$ 509 milhões em empréstimos para a compra de tratores e máquinas agrícolas prometidos pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina, também no mês passado.

"Os recursos foram embora como pãozinhos quentes."

O BNDES também apresentou nesta terça (14) seu balanço do primeiro trimestre. Com a venda de ações da Petrobras e outras empresas, o banco teve lucro de R\$11,1 bilhões, alta de 43 6,7% em relação ao mesmo período de 2018.

"Isso é resultado do bom momento da Bolsa, com expectativas em relação a reformas", disse Levy. Ele afirmou que espera fechar o ano com desembolsos de R\$ 70 bilhões e conta com o esforço para fomentar privatizações no setor de saneamento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Vinícius Torres Freire

Título: Bolsonaro, o bom, e as forças ocultas

Presidente quer evitar corte na educação, mexer no IR e fazer outras "bondades"

Não vai haver mudança na tabela do Imposto de Renda. Não vai haver controle do preço de diesel. Não vai haver redução de taxas de juros em bancos públicos. Não vai haver divisão de receita ordinária do governo federal com governadores e prefeitos. Etc.

Esse monte de "nãos" são promessas, anúncios e devaneios de Jair Bolsonaro furados pelos tiros do mínimo senso comum da economia. Haverá mais. O presidente quer agora evitar o corte na educação. É possível. Mas vai tirar dinheiro de onde? Dos submarinos da Marinha? Não se sabe, nem o assunto foi levado ao Ministério da Economia.

O presidente não sabe o que diz, mas talvez saiba o que faz. Como em uma rede social, "compartilha" aflições e promete bondades, o que não resolve problema algum, mas "posts" podem fazer espuma política. No limite, Bolsonaro pode dizer que forças ocultas atrapalharam seu governo, terceirizando a responsabilidade.

O presidente já até ensaiou a jogada, dizendo que "no fundo não gostaria de fazer a reforma da Previdência". Os militantes virtuais do bolsonarismo. Por sua vez, acusam gente do governo de estelionato eleitoral, pois impediriam Bolsonaro de cumprir seu verdadeiro programa. Por ora, militares são o alvo. Amanhã, pode ser um economista.

O desvario é também mais um sintoma da tensão política causada pela disputa terminal por recursos públicos. No presente ritmo e sem "reformas", antes do final do governo Bolsonaro não haverá um tostão para gasto em obras ou, então, partes do governo vão parar de vez.

A greve da educação prevista para esta quarta-feira (15), as queixas de caminhoneiros, prefeitos, ruralistas ou de empresários do Minha Casa Minha Vida, as pontes que caem, o remédio que falta para transplantados, tudo é mais ou menos efeito da pindaíba final

Sim, reajustar a tabela do Imposto de Renda e diminuir a carga de impostos são objetivo do ministro da Economia, Paulo Guedes. Assim também é a ideia de redividir a receita federal com estados e municípios, aos poucos e quando houver dinheiro. Porém, em uma perspectiva realista, tais projetos devem ficar para o programa de uma campanha da reeleição.

Nesta terça-feira (14), Guedes disse a obviedade necessária em audiência no Congresso: o reajuste da tabela do IR tira do governo dinheiro que não existe.

É possível que saiam remendos, até para fazer um agrado ao presidente? Talvez. Mas corrigir os valores da tabela pela inflação de um ano apareceria como um troco nos contracheques e provocaria talho considerável de despesa pública.

Sim, deve haver algum dinheiro extra para estados e municípios, mas a partir do ano que vem, a depender de certas condições, recursos que, no máximo, pagam contas atrasadas.

Parte do dinheiro do mega-leilão do petróleo previsto para fins de outubro, uns R\$ 20 bilhões da arrecadação estimada de uns R\$100 bilhões, deve ficar com governos locais (um terço de tudo vai para a Petrobras). A partir do ano que vem, talvez o governo federal abra mão de parte de royalties e outros rendimentos da exploração do petróleo.

Receitas extraordinárias, como as de concessões e de privatizações, pois, podem tapar uns rombos críticos, tais como esses que ameaçam as universidades federais. São uma boi a que evita o afogamento em 2020. Mas, mesmo com reforma da Previdência e a volta de algum crescimento (mais de 2%), a dureza não vai diminuir grande coisa até o fim deste governo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/05/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Crédito para caminhoneiro do BNDES pode chegar a R\$ 1 bi

Programa criado pelo governo para evitar nova greve da categoria deve começar a emprestar na semana que vem. Banco lucra R\$ 11,1 bi no primeiro trimestre

O programa de crédito do BNDES para caminhoneiros, anunciado no mês passado com orçamento de R\$ 500 milhões como parte de um pacote do governo federal para evitar uma nova paralisação da categoria, poderá chegar a R\$ 1 bilhão, disse ontem o presidente do banco, Joaquim Levy. Segundo ele, os empréstimos devem estar disponíveis a partir da próxima semana.

— Temos pré -aprovação de R\$ 500 milhões para o programa, mas pode chegar a R\$1 bilhão sem a menor dificuldade, a depender da demanda. Ele será de R\$ 30 mil para cada caminhoneiro, porque entendemos que essa é a sua capacidade de endividamento e o necessário para preservar seu principal ativo, o caminhão. É um dinheiro que deve ser investido em manutenção, como forma de preservação do capital e da vida de quem está na estrada — disse Levy em entrevista coletiva.

Na semana passada, o secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, disse que o governo estuda renegociar dívidas de caminhoneiros inadimplentes para que possam acessar essa linha de crédito. Além de transportadores autônomos com até dois caminhões no máximo, a

linha do BNDES será oferecida também a cooperativas de caminhoneiros em 12 meses de vigência. Os recursos podem ser usados para despesas de seguro pessoal ou do veículo, manutenção mecânica, pneus e gastos emergenciais, como guincho. Gastos com combustível não serão financiados.

VENDA DE AÇÃO ELEVA LUCRO

Levy contou ontem que vai se reunir com os bancos repassa-dores do crédito esta semana para discutir a operação do programa e acrescentou que já tem o sinal verde do Ministério da Economia. O presidente do BNDES afirmou que o relacionamento dele com a pasta tem sido "harmonioso", destacando conhecer o ministro Paulo Guedes há muito tempo. Ele ressaltou a colaboração do banco com o esforço fiscal do governo, com o pagamento antecipado de dívidas com o Tesouro.

Em maio, o Conselho de Administração do BNDES aprovou a devolução de R\$ 30 bilhões, dando continuidade a uma política iniciada no governo de Michel Temer. Desde 2015, o banco de fomento já devolveu R\$ 309 bilhões à instituição.

O BNDES ainda enviará ao Tesouro este ano R\$ 1,6 bilhão na forma de dividendos, correspondente a 25% do lucro líquido de 2018, limite estabelecido na reformulação de seu estatuto há dois anos.

A redução da dívida com o Tesouro influenciou o lucro líquido de R\$ 11,1 bilhões apurado pelo BNDES nos três primeiros meses do ano, mais de cinco vezes o registrado no mesmo período de 2018 (R\$ 2,1 bilhões). Mas o resultado, divulgado ontem por Levy, foi influenciado principalmente pela venda de participações acionárias em empresas, como Vale, Fibria(adquirida pela Suzano) e Rede energia.

Com destaque para a venda de papéis da Petrobras: a participação do BNDES no capital da estatal caiu de 15% para 13,9% este ano. Assim, o lucro do banco nesse segmento saltou 725,5% no primeiro trimestre de 2019 ante igual - período de 2018, para R\$ 12,5 bilhões.

O BNDES ainda mantém ações de várias empresas, num total de R\$ 108,3 bilhões em valor de mercado em março, alta de 12,3% em relação a dezembro de 2018. O secretário especial de Desestatização, Salim Mattar, tem defendido a venda de todas as ações da BNDESp, subsidiária de participações do banco.

VEÍCULO: O Globo**Data: 15/05/2019****Seção: Sociedade****Autor: MARCELLO CORREA E RENATA MARIZ****Título: Multa à Petrobras pode ir para a Educação, diz Guedes**

Já Weintraub não descarta novos bloqueios na pasta caso a equipe econômica decida ampliar o contingenciamento

BRASÍLIA- O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o valor da multa de quase R\$ 3 bilhões a ser paga pela Petrobras por causa de um processo nos Estados Unidos pode ser direcionada para a Educação.

O ministro reforçou ainda que não houve corte nas verbas para Educação, mas sim um contingenciamento, bloqueio temporário por causa da reavaliação das receitas e das despesas. Guedes afirmou ainda que o ministro da Economia não tem tanto poder como se imagina.

— As pessoas acham que eu tenho muito mais poder do que eu tenho. Outro dia um repórter me ligou e perguntou: você cortou 45% dos militares? Não faço isso. Existe um governo que se reúne. É um governo. Governar é fazer escolhas. O ministro da Fazenda ou da Economia manda muito pouco. Ele mostra. Da mesma forma que faço aqui para os senhores — afirmou.

Já o ministro da Educação, Abraham Weintraub, não descartou novos bloqueios na pasta caso a equipe econômica decida ampliar o contingenciamento de recursos no caixa do governo ainda neste semestre. Questionado se uma nova rodada de represamento de verba, em virtude de uma possível revisão da taxa de crescimento, atingirá o MEC, Weintraub disse que não tem como dizer.

— A única certeza na vida é a morte e os impostos — disse o ministro, em café da manhã com jornalistas.

Segundo Weintraub, não é possível dizer se o MEC, que já perdeu R\$ 7,4 bilhões em recursos contingenciados, estará blindado de eventuais novas tesouradas. Ele disse que terá reuniões com Guedes, a quem teceu elogios.

— Vou perguntar para o Paulo Guedes especificamente sobre isso (novos contingenciamentos). Hoje não tenho como antecipar — completou ele.

Apesar da possibilidade de novos cortes em sua pasta, Weintraub sinalizou total concordância com as determinações da equipe econômica, ressaltando o mérito das decisões. O próprio ministro, que é economista, atuou no grupo de trabalho

da área econômica desde a campanha do presidente Jair Bolsonaro, antes de ser empossado ministro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Brasil à beira do abismo fiscal

O ministro Paulo Guedes foi com sua equipe ao Congresso dar uma coleção de más notícias. As palavras foram fortes. O ministro afirmou que o Brasil está à beira do abismo fiscal, e o secretário de Fazenda, Waldery Rodrigues, falou em "arrocho" e "garrote" nunca vistos na sociedade brasileira para o que vai acontecer em função do teto de gastos. Em Nova York, o deputado Rodrigo Maia avisou que o teto de gastos pode causar um "colapso social" no país.

Afinal, eles são contra ou a favor da Emenda 95 que estabeleceu o teto no governo Temer? Eles defendem, mas avisam que vai doer muito. E que a solução será aprovar as reformas que o governo Bolsonaro apresentou e ainda apresentará. Guedes e todos os seus homens — a equipe é quase integralmente masculina — estavam na Comissão Mista do Orçamento para pedir liberdade para emissão de dívida. Mais precisamente, foram pedir licença para os créditos suplementares. Essa seria a única forma de descumprir com autorização a regra de ouro, disseram.

— A regra de ouro impede que se endivida para pagar despesa primária. Ela está certa. O endividamento tem que ser para investir. Mas estamos aqui para pedir R\$ 248 bilhões de créditos suplementares para pagar aposentadorias do Regime Geral, Bolsa Família, Plano Safra, BPC. Isso mostra o drama social brasileiro. Estamos pedindo crédito para não quebrar a regra de ouro — afirmou o ministro.

Para entender toda a cena é preciso lembrar fatos da vida recente do país. Uma das acusações contra a presidente Dilma foi emitir crédito suplementar sem autorização prévia do Congresso. Ela alegou que foi para pagar esse mesmo tipo de despesa. Mas não teve perdão. O ministro Paulo Guedes, durante a campanha e na transição, dizia que iria zerar o déficit tão logo chegasse. No primeiro ano. Os velhos jornalistas de economia duvidaram — como esta aqui que vos escreve — mas ele dizia que dinheiro havia e ele venderia imóveis públicos e privatizada tudo para reduzir a dívida.

A realidade ele mostrou ontem. O país ao fim do governo Bolsonaro estará no nono ano de déficit primário, em um cenário sem reformas. É verdade que a

projeção é de que esse déficit será decrescente por causa de leis aprovadas nos governos dos últimos 30 anos — que ele tanto critica por serem "social-democratas". A regra de ouro e a Lei de Responsabilidade Fiscal no governo Fernando Henrique, e o teto de gastos no governo Temer.

O ministro Guedes tem razão quando fala em abismo fiscal. O Brasil caiu no buraco fiscal em 2014 e desde então não conseguiu sair dele. Mesmo assim, o déficit cairá por essa imposição que o secretário de Fazenda chama de garrote e arrocho nunca vistos na sociedade brasileira, e que Rodrigo Maia diz que poderá levar a um colapso social. O resultado negativo cairá de R\$ 139 bilhões este ano para R\$ 31 bi em 2022. O teto, esse remédio extremo, ao ser acionado, impedirá que as despesas cresçam além da inflação. No último slide, no entanto, o secretário avisou que não vão contratar pessoal, mas vão aumentar os salários dos militares.

Quanto às privatizações e vendas de ativos, não temos notícia. Ou temos. Notícia de que empresas não serão privatizadas. O governo social-democrata de Fernando Henrique privatizou Vale, Telebras, grande parte do sistema Eletrobras, o resto da siderurgia e da petroquímica. O que será que o governo que se diz liberal venderá, além de algumas refinarias da Petrobras?

O crescimento esperado não veio neste começo do novo governo. O ministro diz agora que via com ceticismo essa possibilidade. O Banco Central na Ata do Copom de ontem avisou que o primeiro trimestre deve ter tido um PIB negativo, e que os indicadores estão aquém do esperado. O secretário de Fazenda disse que a previsão para este ano, que estava em 2,2%, vai ser reduzida no dia 22, quando as contas forem refeitas. Mas Guedes já contou qual é o novo número: 1,5%. E há estimativas piores, como a do Itaú, que cortou para 1%. Menos crescimento é igual a menos receitas e mais cortes.

Como solução para esse drama brasileiro, o ministro Paulo Guedes aponta para as reformas que ele ainda não apresentou. No mercado futuro de reformas tem o que ela chama de PEC do Pacto Federativo, que é a desvinculação geral do Orçamento, a reforma tributária, a abertura da economia. Tudo isso, segundo ele, vai "desentupir" os canais de investimento. Com os canais entupidos, o país discute a primeira reforma, a da Previdência.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: "Cartão-caminhoneiro"

A BR Distribuidora anuncia, hoje, o lançamento do chamado "cartão-caminhoneiro". O cartão, cuja ideia surgiu em março na crise do preço do diesel, é uma espécie de pré-pago que garante ao motorista o abastecimento de combustível pelo prazo de um mês sem reajuste.

MME / ASCOM .